

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos o volume 4, número 3 da Revista Interfaces Científicas Humanas e Sociais, o primeiro desse ano que se inicia. Com o permanente ideal de divulgar o pensamento científico dos pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, este número apresenta temáticas dignas de reflexão nos dias hodiernos. Inicialmente apresenta-se o artigo **“Conflito Jurídico Familiar, Complexidade Social e Conhecimento Interdisciplinar”**, de Giselle Marie Krepsky e Daniela de Souza e Silva. As autoras fazem uma análise do trato de conflitos de âmbito jurídico familiar no Novo Código de Processo Civil à luz da teoria sistêmica de Niklas Luhmann, e sob essa ótica constatarem que a despeito dessas interações, não se superou os limites da mera multidisciplinaridade do conhecimento produzido por elas. Outro artigo selecionado para esta edição da Revista foi o de Tatiana Carvalho Socorro que aborda o problema do desconhecimento sobre os direitos humanos das mulheres. Intitulado **“Direitos Humanos da Mulher: Considerações Acerca do Desconhecimento da Lei Maria da Penha”**, a coleta de dados para a pesquisa realizou-se num mercado municipal em Aracaju-SE. A temática demonstra sua importância e emergência *per se*, basta observarmos os níveis de violência registrados no “Disque 180” que em 2014 registrou mais de 480 mil atendimentos de mulheres vítimas de violência e só no primeiro semestre de 2015 registrou mais de 360 mil atendimentos, com média de 84 ligações por dia. Os dados estão no sítio eletrônico da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

No próximo trabalho **“O Tribunal do Feicebuqui e a Página Aberta para a Opressão**, os autores, Djalma Thürler e Duda Woyda, analisam, de forma interdisciplinar, como a rede social Facebook vem se tornando um tribunal inquisitório contemporâneo, a partir de uma *performance* realizada nos festejos de Iemanjá,

em Salvador, e com base nos estudos Pós-Coloniais, Queer e Subalternos. O artigo seguinte: **“Avatares Cinematográficos peregrinam entre a cidade e a roça: Kidwood, Zé Kinoscópio e Ana Cinésia em Peleja Furiosa**, tem como norte a representação cinematográfica sobre identidade consubstanciada no contraste entre territórios caracterizados pelos arquétipos da cidade moderna e sociedade cosmopolita e pelos arquétipos do sertão, roça e vila. Para esse fim, os autores Jesana Batista Pereira e Walcler de Lima Mendes Junior trazem três diferentes tipologias que identificam antagonica e respectivamente o centro/periferia, primeiro mundo/terceiro mundo e o local/global. Entram em cena os personagens Kidwood – “macho ibero-americano”, Zé Kinoscópio – revolucionário da periferia e Ana Cinésia – a feminista. O resultado é uma interessante reflexão sobre as conformações de nossa sociedade.

A seguir, o artigo **“Lei das Cotas Partidárias e os Resultados Eleitorais em Sergipe entre 2004 a 2012”** de Elza Francisca Correa-Cunha aborda os resultados das eleições em Sergipe, à luz da Lei de Cotas Partidárias, e a inserção da mulher no contexto político em face à hegemonia masculina nessa seara. O debate sobre os processos de produção social de memórias e ressignificação dos usos políticos dessas memórias para o campo do direito e da cidadania estão presentes no trabalho intitulado: **“Entre Medos, Sepultamentos e Disputas na História: O Autoritarismo e Cultura Política no Brasil e América Latina”**, dos autores Marcelo Góes Tavares e Tasso Araújo de Brito. A seguir, Gianpaolo Poggio Smanio e Andréia Regina Schneider Nunes em seu texto **“Transparência e Controle Social de Políticas Públicas: Efetivação da Cidadania e Contribuição ao Desenvolvimento”**, analisam o papel das políticas públicas como instrumento de ação governamental, reputando-as concretizadoras de direitos fundamentais e projeção da cidadania inclusiva, desde que pautadas na transparência e controle social.

A temática do tratamento dos usuários de drogas e a atuação dos Narcóticos Anônimos nesse processo são veiculados no artigo **“Complexidade e Multirreferencialidade: Bases Epistemológicas para a Compreensão do Papel de Narcóticos Anônimos”**. Escrito a quatro mãos, os autores José Lamartine de Andrade Lima Neto, Maria Olívia Matos de Oliveira, José Luis Michinel e Hernane Borges de Barros Pereira tratam do tema com sensibilidade e sob a teoria da complexidade e da multirreferencialidade.

O trabalho **“Zoneamento Ecológico do Estado de Sergipe: Contribuições para o Planejamento do Meio Ambiente”** dos autores Ajibola Isau Badiru e Nubia Dias dos Santos buscam identificar e estabelecer a modelagem de espaço hídrico no estado de Sergipe, essa abordagem tem como impacto positivo, fornecer referências em termos regionais para Unidades de Planejamento (UP). A próxima abordagem, trata

da implementação das Unidades de Conservação: **“A Efetiva Implantação das Unidades de Conservação Ambiental por Meio da Desapropriação”** elaborado por Hebert Alves Coelho e Elcio Nacur Rezende, também assunto que se apresenta atual e grande desafio ao governo brasileiro. Por fim, trazemos a análise de Paulo Emanuel de Alencar Imbuzeiro e Jacqueline Laurindo da Silva sobre **“A Experiência do Consumo e a Lealdade do Cliente: Uma Análise dos Atributos Definidores da Compra em Supermercados”**.

Todos os artigos trazem a contemporaneidade dos assuntos em seu corpo, alguns estabelecem análises para melhorias em determinada área, outros tendem à argumentação mais crítica, todos relevantes num cenário de busca pelo conhecimento para este e para além do ano de que renova.

Boa leitura em 2016!

Layde Lana Borges da Silva

*Chefe de Departamento do Curso de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Mestre em Direito Processual UNICAP-PE
Doutoranda em Ciência Política FCR/UFRGS*